



Revista
Educar Mais

Práticas de leitura literária na escola: reflexões acerca dos anos finais do Ensino Fundamental

Literary reading practices in school: reflections on the last years of Elementary Education

Prácticas de lectura literaria en la escuela: reflexiones sobre los años finales de la Enseñanza Fundamental

Michely Gualano¹  • Patrícia Moura² 

RESUMO

O presente artigo, de caráter bibliográfico, tem como objetivo refletir sobre como as práticas de leitura literária podem ser aplicadas nas escolas, no componente de Língua Portuguesa, nos anos finais do Ensino Fundamental, conforme prescrito nos marcos legais da educação. Para tanto, consideramos o exposto por autores como Cosson (2022), Colomer (2007), Soares (2022) e Solé (1998). Inicialmente, apresenta-se o que os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (Brasil, 1998), a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), o Referencial Curricular Gaúcho - RCG (Rio Grande do Sul, 2018) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Brasil, 1996) orientam a respeito do incentivo à prática de leitura literária na escola. E, por último, como considerações finais, serão apresentadas algumas reflexões acerca da leitura literária nos anos finais do ensino fundamental. Em relação à leitura literária na escola, percebemos uma certa ressonância discursiva entre os documentos orientadores PCN e BNCC, no que diz respeito à concepção da linguagem (enunciativa-discursiva), à centralidade atribuída ao texto e ao aspecto social e cultural dessas práticas.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Leitura Literária; Ensino Fundamental.

ABSTRACT

This bibliographic article aims to reflect on how literary reading practices can be applied in the Portuguese Language component in the last years of elementary education, as prescribed by the legal educational frameworks. For this purpose, we consider aspects discussed by authors such as COSSON (2022), Colomer (2007), Soares (2022), and Solé (1998). Initially, we present the guidelines provided by the National Curriculum Parameters – PCN (Brazil, 1998), the National Common Core Curriculum – BNCC (Brazil, 2018), the Curriculum Framework of Rio Grande do Sul – RCG (Rio Grande do Sul 2018), and the Law of Guidelines and Bases of National Education - LDBEN (Brazil, 1996) regarding the encouragement of literary reading practices in school. Finally, some reflections on the literary reading, in the last years of elementary education, will be presented as final considerations. Regarding the literary reading in school, we observed a certain discursive resonance between the guiding documents National Curriculum Parameters and National Common Core Curriculum concerning the conception of language (enunciative-discursive), the centrality attributed to the text, and the social and cultural aspect of these practices.

Keywords: Portuguese Language; Literary Reading; Elementary Education.

¹ Licenciada em Letras (Português e Espanhol), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Escolar, Especialista em Metodologia do Ensino de Línguas e Literatura, Especialista em Metodologias Ativas e TDICs na Educação e Mestranda em Educação, pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Jaguarão/RS – Brasil. E-mail: michelygualano.aluno@unipampa.edu.br

² Licenciada em Pedagogia, Mestre e Doutora em Educação e Professora associada da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Jaguarão/RS – Brasil. E-mail: patriciapinho@unipampa.edu.br

RESUMEN

El presente artículo, de carácter bibliográfico, tiene por objetivo reflexionar sobre cómo las prácticas de lectura literaria pueden ser utilizadas en la escuela, en el componente de Lengua Portuguesa, en los años finales de la Enseñanza Fundamental, conforme lo prescrito en los marcos legales de la educación. Para tanto, consideramos lo expuesto por autores como Cosson (2022), Colomer (2007) Soares (2022) e Solé (1998). Primeramente, se presenta lo que los Parámetros Curriculares Nacionales - PCN (Brasil, 1998), la Base Nacional Común Curricular - BNCC (Brasil, 2017), el Referencial Curricular Gaúcho - RCG (Rio Grande do Sul, 2018) y la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional – LDBEN (Brasil, 1996) orientan a respecto del incentivo a la práctica de lectura literaria en la escuela. Y, por último, como consideraciones finales, serán presentadas algunas reflexiones sobre la lectura literaria en los años finales de la enseñanza fundamental. En relación con la lectura literaria en la escuela, se nota una cierta resonancia discursiva entre los documentos orientadores PCN y BNCC, en lo que dice respecto a la concepción del lenguaje (enunciativo-discursiva), a la centralidad atribuida al texto y al aspecto social y cultural de esas prácticas.

Palabras clave: Lengua Portuguesa; Lectura literaria; Enseñanza Fundamental.

1. INTRODUÇÃO

Em um mundo globalizado em que a informação e o avanço tecnológico estão presentes no nosso cotidiano, é imprescindível que o papel do professor em relação às práticas de leitura literária vá além do mero desenvolvimento das habilidades de interpretação e compreensão textual. Sabe-se que a leitura é um instrumento importante para atuar em uma sociedade letrada e o crescimento do uso das novas tecnologias contribui para o surgimento de um novo perfil de estudante, cabendo à escola redirecionar suas práticas de leitura, a fim de contribuir com esse novo leitor.

De acordo com Solé (1998), “a leitura é um processo de interação entre o leitor e o texto; neste processo tenta-se satisfazer [obter uma informação pertinente para] os objetivos que guiam sua leitura” (Solé, 1998, p. 22, grifo da autora), por isso a leitura não pode ser vista apenas com um simples processo de decodificar o que está escrito, mas sim um processo complexo em que o estudante necessita desenvolver habilidades que contribuam para a sua formação leitora de forma reflexiva.

Portanto, necessita-se assumir uma organização em torno de um projeto educativo comprometido com a leitura literária, a fim de incorporar práticas que incentivem a leitura de livros compondo a disciplina de Língua Portuguesa, nos anos finais do Ensino Fundamental.

Conforme Colomer (2007), o leitor competente é aquele que ao ler o texto constrói um sentido, por isso o objetivo da educação literária é “o de contribuir para a *formação da pessoa*, uma formação que aparece ligada indissolivelmente à construção da sociabilidade” (Colomer, 2007, p. 31, grifo da autora).

Nesse novo contexto, faz-se necessário desenvolver estratégias que tornem o processo de ensino e de aprendizagem da leitura literária mais atraente, tendo o professor como mediador de práticas leitoras que contribuirão para a formação de leitores críticos e criativos perante todas as informações expostas nos meios de comunicação de massa.

A última pesquisa realizada em 2018 pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, que avalia o nível de letramento em leitura, revelou que 50 % dos estudantes brasileiros não possuem o nível básico de leitura. O estudo apontou que 0,2% dos 10.961 estudantes atingiu o nível máximo de

proficiência em leitura, mostrando que o Brasil não avançou no índice de leitura e continua com baixo desempenho, ocupando a 54ª colocação do ranking.

Do mesmo modo, o resultado da avaliação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Brasileiro – SAEB³, realizado em 2021, coordenado pelo Ministério da Educação - MEC, levando em conta o impacto que a pandemia de covid-19 causou na educação brasileira, apontou uma queda na proficiência média em Língua Portuguesa no 5º ano do ensino fundamental que obteve, em âmbito nacional, 208 pontos comparados aos 215 pontos obtidos em 2019. No Rio Grande do Sul, a pontuação obtida em 2021 foi de 216 pontos em proficiência no 5º ano do ensino fundamental e de 265 pontos em proficiência no 9º ano do ensino fundamental. Se comparado ao ano de 2019, houve uma queda de 7 pontos no resultado de proficiência média em Língua Portuguesa no 5º ano do ensino fundamental e de 2 pontos no 9º ano do ensino fundamental. Os dados comprovam que a Educação Básica necessita avançar e promover ações para desenvolver a competência leitora dos estudantes no contexto escolar.

Destaca-se ainda que ler e compreender textos são alguns dos objetivos do ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica, porém não basta somente estar alfabetizado, deve-se ir muito além de decifrar, ler e compreender textos, o estudante necessita interagir construindo significados, aplicando seu conhecimento de mundo para depois compreendê-lo, pois ler é um processo complexo que exige a interação do leitor com o texto.

Segundo Magda Soares (2022), existem diferenças entre estar alfabetizado e ser um leitor competente e crítico perante o que está lendo, pois alfabetizado é aquele que “apenas aprendeu a ler e a escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam” (Soares, 2022, p. 22). Portanto, uma pessoa alfabetizada codifica e decodifica a língua escrita diferente daquela que, além de codificar e decodificá-la, apropria-se da leitura e da escrita utilizando-a socialmente e assumindo-a como sua “propriedade” (Soares, 2022).

Diante desse contexto, em que grande parte dos estudantes continua sem ter um domínio considerável da leitura, necessita-se pensar em alternativas de incentivo à leitura, de modo a desenvolver nos jovens a prática da leitura, formando assim leitores críticos atuantes na sociedade letrada. Para Cosson (2021, p. 19), “é a escola e não outra instituição a responsável pela leitura da escrita em nossa sociedade.” Nesse sentido, propor práticas inovadoras na forma de como se lida com a leitura literária na sala de aula torna-se uma tarefa desafiadora para os professores, mas possível de ser aplicada.

De acordo com Colomer (2007), o desejo de formar leitores não tem surtido o efeito esperado por diferentes razões, seja porque vivemos em uma sociedade que utiliza outros meios audiovisuais que fazem o papel da literatura, seja porque não sabemos o quê fazer para incentivar o gosto pela leitura, “porque o funcionamento social desenvolveu valores e formas de vida que vão contra as condições favoráveis à leitura, como a concentração ou a solidão” (Colomer, 2007, p. 102).

Assim sendo, promover o incentivo à leitura literária e a formação de leitores na escola faz-se necessário para desenvolver progressivamente a prática da leitura literária. No entanto, para que se possam formar leitores, é preciso atuar como mediador e aplicar estratégias que despertem o gosto

³ A prova do Saeb é realizada no 5º e 9º ano do ensino fundamental.

pela leitura literária e que essa prática se multiplique e desenvolva outras habilidades leitoras nos estudantes.

Ademais, é do 3º ano ao 6º ano que, segundo Cosson (2021, p. 30), não só “se consolida a aprendizagem do código escrito, como também se desenvolvem práticas de leitura e comportamentais que serão decisivas na formação de leitores literários e cidadãos”.

Em relação à Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que é o documento que orienta “para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares” (Brasil, 2018, p. 8), esta enfatiza a formação do leitor literário nos anos finais do ensino fundamental. O documento destaca, no campo artístico-literário, que se deve dar “a continuidade da formação do leitor literário, com especial destaque para o desenvolvimento da fruição, de modo a evidenciar a condição estética desse tipo de leitura e de escrita” (Brasil, 2018, p. 138). É a partir dessa continuidade de formação de leitores que surge a importância de propor ações que deem condições para que os estudantes demonstrem e continuem com o desejo de ler e interagir com o texto à medida que forem avançando de ano.

Com relação às especificidades das práticas de leitura em Língua Portuguesa, a BNCC, no eixo da leitura, compreende como “as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação [...]” (Brasil, 2018, p. 71), o que evidencia uma visão de abordagem sociocognitiva de leitura.

Segundo Koch e Elias (2014, p. 12), é “uma visão sociocognitivo-interacional de língua que privilegia os sujeitos e seus conhecimentos em processos de interação”. São citados na BNCC (2018, p. 71), como exemplo, as leituras para “fruição estética de textos e obras literárias” entre outras possibilidades. No que se refere às práticas leitoras, também se “compreende dimensões inter-relacionadas às práticas de uso e reflexão [...]” (Brasil, 2018, p. 72).

O Referencial Curricular Gaúcho (Rio Grande do Sul, 2018) vai ao encontro do que diz a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018) no que diz respeito à estrutura dos eixos e colocando o texto como centro do processo de ensino e de aprendizagem. Em relação a estimular o letramento literário, o referencial recomenda “a realização de atividades que permitam o contato direto e contínuo dos estudantes com obras literárias” (Rio Grande do Sul, 2018, p.196). Segundo Cosson (2012 p. 12), o processo de letramento com textos literários “compreende não apenas uma dimensão diferenciada do uso social da escrita, mas também uma forma de assegurar seu domínio efetivo” porque o letramento literário é “uma prática social e, como tal, responsabilidade da escola” (Cosson, 2012, p. 23). Nesse sentido, para estimular o comprometimento na leitura literária, cabe ao professor pensar em situações que instiguem os estudantes a se interessarem por livros e que esse exercício diário os leve a tornarem-se leitores críticos e autônomos.

2. PRÁTICAS DE LEITURA LITERÁRIA NOS MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO

No que se refere ao incentivo à leitura, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (Brasil, 1996, p. 2) estabelece e ressalta a importância da formação de leitores dentro das escolas tendo como objetivos essenciais da Educação Básica “a alfabetização plena e a formação de leitores, como requisitos essenciais” para o cumprimento de “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Brasil, 1996, p. 2).

No artigo 4º, título III, inciso XI, que trata “Do Direito à Educação e do Dever de Educar”, a LDBEN (Brasil, 1996, p. 2) destaca que o Estado deve garantir a “alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos”.

A LDBEN (Brasil, 1996, p. 10) também destaca, no artigo 32, que o ensino fundamental tem por objetivo a formação básica do cidadão por meio do “desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo”.

Para que os estudantes possam exercer a sua cidadania plenamente, o desenvolvimento de práticas de leitura deve estar presente no planejamento do professor e, para tanto, os documentos oficiais são os que embasam o trabalho em sala de aula. Dentre os documentos norteadores desse trabalho estão os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (Brasil, 1998), que foram referência para a organização dos currículos escolares, orientando quais objetivos e conteúdos mínimos para cada área de ensino, e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2018), que orienta quais habilidades, competências e aprendizagens essenciais que os estudantes devem desenvolver em cada etapa da educação básica em todo o país. Os documentos complementam-se e ambos compartilham da mesma perspectiva bakhtiniana⁴ de concepção de linguagem como forma de ação e interação no mundo, o que propõe a atuação de um sujeito ativo no seu processo de ensino e de aprendizagem, sendo a linguagem uma prática social por meio da qual nos relacionamos, interagimos, posicionamos e atuamos na sociedade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998, p. 70) que tratam, no grupo de ensino fundamental para o III e IV ciclos, sobre a organização do componente curricular de Língua Portuguesa, afirma que esses ciclos “têm papel decisivo na formação de leitores”, pois é nesta etapa que muitos estudantes desistem de ler “por não conseguirem responder às demandas de leitura colocadas pela escola, ou passam a utilizar os procedimentos construídos nos ciclos anteriores para lidar com os desafios postos pela leitura, com autonomia cada vez maior” (Brasil, 1998, p. 70). Sendo assim, faz-se necessário que a escola se organize “em torno de um projeto educativo comprometido com a intermediação da passagem do leitor de textos facilitados (infantis ou infanto-juvenis (sic)) para o leitor de textos de complexidade real” (Brasil, 1998, p. 70), para que não ocorra esse distanciamento e desinteresse pela leitura.

Nessa perspectiva, para alcançar os objetivos esperados ao final dos ciclos do ensino fundamental,

[...] cabe à escola promover sua ampliação de forma que, progressivamente, durante os oito anos do ensino fundamental, cada aluno se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente, de assumir a palavra e, como cidadão, de produzir textos eficazes nas mais variadas situações (Brasil, 1998, p. 19).

Além disso, os PCN (Brasil, 1998, p. 71-72) de Língua Portuguesa destacam que, para formar leitores, são necessárias algumas condições, como:

- a) Uma biblioteca que coloque à disposição dos alunos textos de gêneros variados, materiais de consulta nas diversas áreas do conhecimento, almanaques, revistas, entre outros;
- b) Acervo de livros nas salas de aula;

⁴ Mikhail **Bakhtin** (1895-1975) estudioso e filósofo russo, pesquisador da linguagem humana, um teórico da literatura, sociólogo, etnólogo.

- c) Planejamento de atividades que incentivem a leitura e o compartilhamento de histórias, na sala de aula;
- d) Planejar atividades diárias de prática de leitura a fim de destacar a importância de ler sem estar ligada a outras tarefas;
- e) Oportunizar que os alunos escolham o que vão ler;
- f) Proporcionar na escola políticas de formação de leitores em que todos os professores se envolvam em ações de incentivo à leitura.

Ademais, nos PCN (Brasil, 1998, p. 72-73) são apresentadas algumas “sugestões didáticas orientadas especificamente para a formação de leitores” como: leitura autônoma, leitura colaborativa, leitura em voz alta pelo professor, leitura programada e leitura de escolha pessoal.

Pode-se perceber que os PCN de Língua Portuguesa sugerem que é o professor o principal agente para explorar práticas de leituras com a finalidade de formar leitores e essas práticas necessitam de locais e materiais apropriados para a sua efetivação como bibliotecas equipadas e professores qualificados.

Já a BNCC é um documento orientador que visa “a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares” (Brasil, 2018, p. 8). Ela continua com a concepção de linguagem enunciativo-discursiva proposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) de ser “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (Brasil, 1998, p. 20). Dessa forma, têm-se uma concepção de linguagem como atividade discursiva e interativa e o texto que assume a unidade central do trabalho:

[...] a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses (Brasil, 2018, p. 67).

No componente curricular de Língua Portuguesa, de acordo com a BNCC (Brasil, 2018), as habilidades levam em conta as práticas sociais do uso da linguagem e ainda cabe “proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens” (Brasil, 2018, p. 67). No documento não é citado como essas práticas devem ser aplicadas em sala de aula, ficando com as escolas e os professores a responsabilidade de criar formas de viabilizar essas prescrições.

A BNCC (Brasil, 2018), em articulação com as competências gerais da Educação Básica e as específicas da área da Linguagem, propõe mais dez competências específicas para o componente curricular de Língua Portuguesa. Dentre elas as que se referem ao ensino da leitura como “selecionar textos e livros para a leitura integral, de acordo com objetivos, interesses e projetos pessoais [...]” e:

[...] envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginação e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura (Brasil, 2018, p. 87).

Tais competências destacam a importância do incentivo à leitura literária, permite o contato com textos integrais das obras escolhidas pelos estudantes e não apenas fragmentos delas.

O componente de Língua Portuguesa também está estruturado em eixos de aprendizagem: da leitura, da produção de textos, da oralidade e da análise linguística/semiótica. O eixo da leitura “compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação”. (Brasil, 2018, p. 78).

Além dos eixos, a BNCC considera campos de atuação que orientam a seleção de gêneros, práticas, atividades e procedimentos em cada eixo. Os campos de atuação do Ensino Fundamental, anos finais, são: artístico-literário, das práticas de estudo e pesquisa, jornalístico-midiático e de atuação na vida pública. O eixo da leitura está vinculado a campos de atuação como: campo das práticas de estudo e pesquisa, campo jornalístico/midiático, campo de atuação da vida pública e o campo artístico-literário, sendo o último, o foco do trabalho desta pesquisa. É no campo artístico-literário que se prima pela continuidade da formação do leitor com ênfase no desenvolvimento do leitor-fruidor, um “sujeito que seja capaz de se implicar na leitura dos textos, de ‘desvendar’ suas múltiplas camadas de sentido, de responder às suas demandas e de firmar pactos” (Brasil, 2018, p. 138).

A BNCC (Brasil, 2018) ainda propõe sete dimensões das práticas leitoras das quais saliento a sexta e a sétima. Esta refere-se à adesão às práticas de leitura, e aquela às estratégias e procedimentos de leitura. No quadro a seguir, destaco algumas habilidades sugeridas pelo documento.

Quadro 1 – Dimensões das práticas leitoras

Dimensões das práticas leitoras	Habilidades
Estratégias e procedimentos de leitura	Estabelecer/considerar os objetivos de leitura Estabelecer relações entre o texto e conhecimentos prévios, vivências, valores e crenças Inferir ou deduzir informações implícitas Inferir ou deduzir pelo contexto semântico ou linguístico, o significado de palavras ou expressões desconhecidas Apreender os sentidos globais do texto
Adesão às práticas de leitura	Mostrar-se interessado e envolvido pela leitura de livros de literatura, textos de divulgação científica e/ou textos jornalísticos que circulam em várias mídias Mostrar-se ou tornar-se receptivo a textos que rompam com seu universo de expectativa, que representem um desafio em relação às suas possibilidades atuais e suas experiências anteriores de leitura, apoiando-se nas marcas linguísticas, em seu conhecimento sobre os gêneros e a temáticas e nas orientações dadas pelo professor

Fonte: Excerto da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018, p. 74).

Percebe-se que as habilidades propostas nas dimensões das práticas leitoras no que diz respeito à leitura, para serem alcançadas, dependem de propostas que possam ser desenvolvidas e mediadas pelo professor com a finalidade de incentivar os estudantes à leitura literária. A BNCC (Brasil, 2018) também propõe habilidades do eixo da leitura, no campo artístico-literário, referenciadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Leitura do 6º ao 9º ano

Campos de atuação	Práticas de linguagem	Objetos do conhecimento	Habilidades da BNCC
Campo artístico-literário	Leitura	<p>Reconstrução das condições de produção, circulação e recepção</p> <p>Apreciação e réplica</p>	<p>(EF69LP44) Inferir a presença de valores sociais, culturais e humanos e de diferentes visões de mundo, em textos literários, reconhecendo nesses textos formas de estabelecer múltiplos olhares sobre as identidades, sociedades e culturas e considerando a autoria e o contexto social e histórico de sua produção.</p> <p>(EF69LP45) Posicionar-se criticamente em relação a textos pertencentes a gêneros como quarta-capa, programa (de teatro, dança, exposição etc.), sinopse, resenha crítica, comentário em <i>blog/vlog</i> cultural etc., para selecionar obras literárias e outras manifestações artísticas (cinema, teatro, exposições, espetáculos, CD's, DVD's etc.), diferenciando as sequências descritivas e avaliativas e reconhecendo-os como gêneros que apoiam a escolha do livro ou produção cultural e consultando-os no momento de fazer escolhas, quando for o caso.</p> <p>(EF69LP46) Participar de práticas de compartilhamento de leitura/recepção de obras literárias/manifestações artísticas, como rodas de leitura, clubes de leitura, eventos de contação de histórias, de leituras dramáticas, de apresentações teatrais, musicais e de filmes, cineclubes, festivais de vídeo, saraus, <i>slams</i>, canais de <i>booktubers</i>, redes sociais temáticas (de leitores, de cinéfilos, de música etc.), dentre outros, tecendo, quando possível, comentários de ordem estética e afetiva e justificando suas apreciações, escrevendo comentários e resenhas para jornais, <i>blogs</i> e redes sociais e utilizando formas de expressão das culturas juvenis, tais como, <i>vlogs</i> e <i>podcasts</i> culturais (literatura, cinema, teatro, música), <i>playlists</i> comentadas, <i>fanfics</i>, <i>fanzines</i>, <i>e-zines</i>, fanvídeos, fanclipes, <i>posts</i> em fanpages, <i>trailer</i> honesto, vídeo-minuto, dentre outras possibilidades de práticas de apreciação e de manifestação da cultura de fãs</p>
Campo artístico-literário	Leitura	Adesão às práticas de leitura	<p>(EF69LP49) Mostrar-se interessado e envolvido pela leitura de livros de literatura e por outras produções culturais do campo e receptivo a textos que rompam com seu universo de expectativas, que representem um desafio em relação às suas possibilidades atuais e suas experiências anteriores de leitura, apoiando-se nas marcas linguísticas, em seu conhecimento sobre os gêneros e a temática e nas orientações dadas pelo professor.</p>

Fonte: Excerto da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018, p. 156-159).

Essas habilidades ampliam o contato com a leitura de gêneros variados sugerindo que os estudantes se familiarizem com a arte literária e que a formação do leitor fruidor se desenvolva ao longo do processo.

Em âmbito estadual, temos o Referencial Curricular Gaúcho – RCG (Rio Grande do Sul, 2018), que norteia a construção dos currículos das escolas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul e está vinculado à BNCC. O RCG vê o estudante como protagonista do seu processo educativo, sendo no espaço da sala de aula que as aprendizagens devem ocorrer. O professor deve atuar como mediador nesse processo de ensino e de aprendizagens significativas levando em consideração as diferenças de cada estudante. O RCG dialoga com a BNCC e com os PCN em relação a mesma concepção de linguagem adotada, a “perspectiva enunciativo-discursiva da linguagem” (Rio Grande do Sul, 2018, p. 195).

O RCG (2018, p. 196) menciona ainda o “letramento literário”, recomendando que sejam realizadas atividades que contemplem o contato “direto e contínuo dos estudantes com obras literárias”, a fim de promover a “apropriação da linguagem literária e suas especificidades contextuais, temáticas, estilísticas e composicionais” (Rio Grande do Sul, 2018, p. 196). Dentre as competências específicas da área de Língua Portuguesa, ele recomenda que os estudantes possam:

Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura (Rio Grande do Sul, 2018, p. 198).

Nessa perspectiva, a literatura ocupa um lugar importante para que a fruição seja desenvolvida e, para que isso ocorra, é necessário proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos adquiridos (Rio Grande do Sul, 2018, p. 198). No quadro a seguir, têm-se as habilidades do campo artístico-literário do RCG, no eixo leitura:

Quadro 3 – Componente curricular Língua Portuguesa – 6º ao 9º ano

Campo de atuação	Prática de linguagem	Objetos do conhecimento	Habilidades do Referencial Curricular Gaúcho
Campo artístico-literário	Leitura	Estratégias de leitura Apreciação e réplica	(EF67LP28RS-1) Ler com autonomia, compreendendo e apreciando diferentes gêneros literários, considerando as suas marcas específicas, adquirindo fruição literária, por meio de práticas variadas, ampliando seu repertório cultural e consciência multicultural.
		Reconstrução das condições de produção, circulação e recepção. Apreciação e réplica	(EF69LP46RS-1) Participar de práticas de compartilhamento de leitura/recepção de obras literárias/manifestações artísticas, tecendo quando possível comentários de ordem estética e afetiva e justificando sua apreciação escrevendo comentários e resenhas com vistas a práticas de apreciação e de manifestação da cultura de fãs.

Fonte: Excerto do Referencial Curricular Gaúcho (2018, p. 422 e 478).

Em âmbito municipal, o Documento Orientador Municipal – DOM (Jaguarão, 2020, p. 15) tem como objetivo “orientar o conjunto de aprendizagens essenciais para os estudantes das escolas do Sistema

Municipal de Ensino” e complementa a parte diversificada do currículo em conjunto com o RCG. Na área de Linguagens, especificamente no componente de Língua Portuguesa, cabe ao professor o papel de selecionar estratégias para “trabalhar e organizar as habilidades através de uma metodologia adequada à sua realidade do aluno e do ambiente em que está inserido” (Jaguarão, 2020, p. 35) e dentre as competências específicas desse componente curricular estão: selecionar textos e livros para leitura integral e envolver-se em práticas de leitura literária.

No quadro a seguir, têm-se as habilidades do eixo da leitura que estão em consonância com os demais documentos já citados.

Quadro 4 – Componente curricular Língua Portuguesa – 6º e 7º anos

Campos de atuação	Práticas de linguagem	Objetos do conhecimento	Habilidades do Documento orientador Municipal
Campo artístico literário	Leitura	Estratégias de leitura Apreciação e réplica	(EF67LP-DOM/27) Ler e compreender os diferentes gêneros textuais, selecionando procedimentos e estratégias de leitura e levando em conta características dos gêneros - romances infanto-juvenis, contos populares, contos de terror, lendas brasileiras, indígenas e africanas, narrativas de aventuras, narrativas de enigma, mitos, crônicas, autobiografias, histórias em quadrinhos, poemas e cordéis, dentre outros
Campo artístico literário	Leitura	Relação entre textos	(EF67LP-DOM/26) Analisar textos literários e entre estes e outras manifestações artísticas (cinema, teatro, música, artes visuais e midiáticas), referências explícitas ou implícitas a outros textos, quanto aos temas, personagens e recursos literários e semióticos

Fonte: Excerto do Documento Orientador Municipal de Jaguarão/RS (2020, p. 110).

Em relação a algumas políticas públicas oferecidas pelo governo federal a fim de fomentar a leitura literária, entre elas cabe destacar a lei nº 10.753/2003 que institui a Política Nacional do Livro (PNL) e apresenta dez diretrizes, entre elas a de “promover e incentivar o hábito da leitura” e que o livro é “o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida” (Brasil, 2003, p. [1]). Ademais, a lei nº 13.696/2018 institui a Política Nacional de Leitura e Escrita como “estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil” (Brasil, 2018, p. [1]). Entende-se por política pública, segundo Souza (2006):

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (Souza, 2006, p. 26).

Ademais, em 2011, foi instituído o decreto que instituiu o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL, que consiste “em estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para a

execução de ações voltadas para o fomento da leitura no País” (Brasil, 2011, p. [1]). O PNLL está baseado em 4 eixos: democratização do acesso ao livro; formação de mediadores para o incentivo à leitura; fomento à leitura e à formação de mediadores, valorização institucional da leitura e de seu valor simbólico: fomento à cadeia criativa e à cadeia produtiva do livro. Além disso, integrando o PNLL surge o Prêmio Viva Leitura que possui como objetivo “estimular, fomentar e reconhecer as melhores experiências que promovam a leitura” (Brasil, 2011, p.5). Essas políticas públicas têm como finalidade incentivar a leitura e formar leitores por meio de ações que resultem em práticas de cultura de acesso ao livro, visto que a leitura garante aos cidadãos o exercício pleno da sua cidadania em uma sociedade letrada.

Perante o exposto, pode-se perceber que os documentos citados acima orientam como deve ser feito o trabalho com leitura literária nas escolas. Ademais, as políticas públicas de fomento à leitura na Educação Básica, propostas pelo governo federal, são necessárias para que a escola possua um acervo de livros suficiente para aplicar essas ações incentivadoras com o objetivo de ampliar e melhorar as práticas de incentivo à leitura literária.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto, pensar em maneiras de incentivar a leitura literária para os estudantes torna-se um desafio, visto que o avanço da tecnologia tem contribuído para o afastamento dos jovens dos livros. Assim sendo, propor práticas de leitura literária que garantam o letramento literário e o incentivo à leitura na sala de aula é um dos papéis fundamentais do professor. Nesse sentido, o docente necessita propiciar aos estudantes momentos de contato com as obras literárias a fim de consolidar o letramento literário com práticas que promovam mudanças significativas dentro do espaço escolar, mostrando aos estudantes a importância da leitura na vida de todos nós e a sua contribuição para nos tornarmos cidadãos críticos e reflexivos na nossa sociedade.

Em relação às práticas de leitura literária na escola, percebemos uma certa continuidade discursiva entre os documentos orientadores PCN e BNCC, em relação à perspectiva da linguagem (enunciativa-discursiva), à centralidade atribuída ao texto e seus diferentes gêneros e ao caráter social dado a tais práticas. Dessa forma, os documentos oficiais e leis apresentadas neste texto visam a inserção de crianças, jovens e adultos na cultura letrada e nas experiências estéticas com a literatura. Para tanto, é necessário reconhecer que há ainda um longo caminho a ser percorrido para que a literatura tenha um espaço significativo no currículo, oportunizando uma exploração mais aprofundada e consistente. Nos anos finais do Ensino Fundamental, nota-se uma lacuna no que tange à leitura literária nas aulas de Língua Portuguesa, por isso é necessário ampliar e implementar práticas de leitura literária a fim de promover a formação leitora e intelectual dos estudantes.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 de fev. de 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Lei n. 9394 de 1996. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 de fev. de 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Fundamental) - PCN**: bases legais. Brasília: Ministério da Educação, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Ministério da Educação, Brasil, 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/949/1/L10753.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

BRASIL. **Decreto n. 7.559, de 1º de setembro de 2011**. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. Ministério da Educação, Brasil, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular - BNCC**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: <http://fila.mec.gov.br/manutgeral.htm>. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.696, de 12 de julho de 2018**. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Ministério da Educação, Brasil, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13696.htm. Acesso em: 10 de dez. de 2022.

COLOMER, Teresa. **Andar entre livros**: A leitura literária na escola. Tradução Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007.

COSSON, Rildo. **Círculos de leitura e letramento literário**. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

COSSON, Rildo. **Como criar círculos de leitura na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

COSSON, Rildo. **Letramento literário**: teoria e prática. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Ideb**, 2021. Brasília: MEC, 2021.

JAGUARÃO. Decreto nº 139, de 07 de julho de 2020. **Homologa Documento Orientador Municipal – DOM – do município de Jaguarão**. Jaguarão: Prefeitura Municipal, [2020]. Disponível em: <https://www.jaguarao.rs.gov.br/wpcontent/uploads/2020/07/decreto-n%C2%BA-139-2020-1.pdf>. Acesso em 10 de dez. 2022.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e Compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico. **Referencial Curricular Gaúcho Ensino Fundamental**. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico, 2018. Disponível em: [http:// https://h-curriculo.educacao.rs.gov.br/Sobre/Index](http://https://h-curriculo.educacao.rs.gov.br/Sobre/Index). Acesso em: 15 de dez. de 2022.

SOARES, Magda. **Letramento um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy A. M.; BRANDÃO, Heliana M. B.; MACHADO, Maria Z. V. (Org.). **A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil**. 2. ed. 3. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 17-48.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 mar. 2023

Submissão: 22/07/2024

Aceito: 25/09/2024